

No momento em que a sociedade brasileira está sendo chamada a se manifestar sobre a *BASE NACIONAL COMUM: PROJETOS CURRICULARES EM DISPUTA*, *Retratos da Escola* dedica-se a esta temática em sua seção Dossiê.

A intenção é apresentar aos leitores contribuições de professores e pesquisadores do cenário educacional brasileiro e, dessa forma, oferecer subsídios ao debate ora em curso que tem mobilizado os profissionais da educação e outros segmentos sociais, envolvidos com a educação pública, vinculados a diferentes movimentos e espectros político-ideológicos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista na Constituição Federal, na LDB/1996, e mais recentemente reafirmada em estratégias do Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024 (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), refere-se ao conteúdo curricular previsto, em âmbito nacional, para as diversas etapas da educação básica, da educação infantil ao ensino médio. Uma proposta preliminar consta de documento-base *Base Nacional Comum Curricular*, sob a coordenação da SEB/MEC, e colocado em discussão pública desde o segundo semestre de 2015.

Segundo orientações explicitadas no documento, os conteúdos definidos para compor a BNCC deverão ocupar 60% da carga horária dos currículos escolares dos estudantes; a esta base comum acrescenta-se uma parte diversificada, construída de modo articulado à primeira, devendo expressar os aspectos definidos por cada escola e sistema de ensino, sobre experiências e conhecimentos que devem também compor o processo de escolarização dos estudantes.

O entendimento a respeito do que deve ser uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica, no entanto, não é objeto de consensos e aponta para disputas que historicamente constituíram a esfera da educação pública brasileira: suas finalidades, suas formas de organização, suas relações com as culturas locais e com os projetos nacionais, formas de avaliação da aprendizagem, formação e controle dos professores, entre outros aspectos.

Ainda no segundo semestre de 2015 o MEC, o Consed e a Undime incentivaram a discussão do documento-base nas redes públicas de ensino de todos os estados e Distrito Federal, visando colher sugestões e críticas às proposições. O documento-base permanece em consulta pública até 15/03/2016, no *site* do próprio MEC. A expectativa anunciada é que com esse resultado, após a manifestação do Conselho Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular seja por fim homologada este ano.

O formato da revista para esta edição acompanha aquele já cunhado em edições anteriores: um Dossiê temático, para o qual foi feita chamada pública e convite a autores que são referência nesta discussão; na seção Espaço Aberto são publicados artigos e relatos de experiências recebidos em fluxo contínuo.

O Dossiê é iniciado pela publicação de três entrevistas concedidas pelos professores Márcia Ângela Aguiar, Sandra Escovedo Selles e Ítalo Modesto Dutra que, desde lugares distintos, analisam o processo em andamento, provocados pelas interrogações do Comitê Editorial. Já os artigos do Dossiê podem ser agrupados em três blocos:

Inicialmente, aqueles que se referem a questões de ordem mais conceitual a respeito da discussão curricular: num primeiro artigo temos reflexões sobre o significado do “nacional” e do “comum” adjetivando o currículo da escola pública. A autora Carmen Teresa Gabriel nos brinda com esta análise em dois contextos: Brasil e França; o artigo de Windyz Brazão Ferreira discute o conceito de diversidade numa proposta de currículo comum de base nacional; Vera Maria Vidal Peroni e Maria Raquel Caetano colocam em pauta, no momento da discussão curricular, a disputa do público e do privado na educação e nos seus projetos; Elvira Souza Lima traz reflexões sobre as contribuições da neurociência para a concepção curricular, destacando a necessidade, para promover a aprendizagem dos estudantes, de incluir atividades que formam a base para a aquisição dos conhecimentos escolares.

A seguir, os artigos que focalizam os desafios colocados pela discussão curricular nas diferentes etapas e áreas do conhecimento da educação básica: Rosânia Campos e Maria Carmen Silveira Barbosa tratam dos desafios que a educação infantil apresenta para a construção de um currículo nacional; o cenário de disputas que se apresentam para as políticas curriculares do ensino médio é o tema discutido por Monica Ribeiro da Silva; os não menos significativos desafios que traz a proposta curricular para o ensino da língua portuguesa são analisados por João Wanderley Geraldi, que destaca o risco de “pecar pelo excesso e com isto bloquear projetos diferenciados” na definição de uma base curricular.

finalizando esses blocos, o artigo de Claudia de Oliveira Fernandes diz respeito às relações entre as políticas de avaliação e as políticas curriculares. Sobre este tema, faz um alerta à atual ênfase aos testes de larga escala e suas implicações, o que pode reduzir o conhecimento escolar ao que é apenas passível de medição.

Para finalizar o dossiê que representa o esforço da CNTE em apresentar uma reflexão expressiva dos trabalhadores da educação a respeito do tema.

A seção Espaço Aberto, apresenta três artigos do fluxo contínuo: o primeiro, de autoria de Alfredo Macedo Gomes e Cinthya Cristiane dos Santos, analisa a contrapartida educativa do Programa Bolsa Família na perspectiva de professores; o texto de Clotenir Damasceno Rabelo e Alda Maria Duarte Araujo Castro refere-se às relações intergovernamentais de cooperação nas políticas educacionais; Jéferson Silveira Dantas explicita

e analisa uma experiência política e pedagógica em escolas periféricas de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Não podemos deixar de lembrar neste editorial, com grande pesar, a perda da nossa querida colaboradora **Regina Vinhaes Gracindo**, que, desde o ano de 2007, vinha compondo o Comitê Editorial da revista, com sua larga e competente visão educacional. Nossa colega do Comitê, Juçara M. Dutra Vieira escreveu um breve texto que expressa a nossa profunda gratidão e reconhecimento pelo trabalho de Regina não apenas no âmbito da nossa revista, mas da educação brasileira.

Queremos deixar ainda os nossos agradecimentos aos pareceristas *ad hoc* cuja contribuição é fundamental para a qualidade dos artigos publicados na *Retratos da Escola*. Encontramos neste número a relação dos que colaboraram nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Esperamos contar cada vez mais com a colaboração dos colegas educadores que realizam pesquisas e ou experiências educacionais significativas, para que remetam seus textos para submissão, conforme as orientações constantes no nosso *site*.

Desejamos a todos os leitores uma profícua leitura.

Comitê Editorial